TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, por intermédio do Promotor de Justiça da 11ª Promotoria de Justiça de Defesa da Probidade Administrativa e Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social de Marabá, Dr. Alan Pierre Chaves Rocha; o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO TOCANTINS**, representado pelo Prefeito, Sr. João da Cunha Rocha, acompanhado pela Assessora Jurídica do Município Dra. Denize Will Bohry Vasconcelos, OAB/PA 17.282, decidem:

CONSIDERAÇÕES GERAIS

CONSIDERANDO que o ingresso no serviço público, como regra, ocorre mediante aprovação em concurso de provas ou de provas e títulos, ainda que ressalvada a possibilidade de nomeação, sem concurso, para cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, e contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, tal como fixado no art. 37, II e IX da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988¹;

CONSIDERANDO que o regramento constitucional para cargo em comissão é uma das hipóteses de exceção à regra do concurso público e só pode ser criado para fins de direção, chefia e assessoramento, consubstanciado, precisamente,

1

Art. 37,

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, **ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.**

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

no inciso V do art. 37 da CF/88²;

CONSIDERANDO que a criação dos cargos em comissão e os casos de contratação de servidores temporários devem obedecer ao princípio da proporcionalidade, ou seja, deve ter por termo inicial a verificação dos motivos, e se há pressupostos fáticos que possibilitem a gênese dos cargos temporários e em comissão. Por conseguinte, deve-se perquirir se os meios e os fins colimados estão sendo respeitados, ou seja, se o interesse social está sendo assegurado;

CONSIDERANDO que o princípio da **proporcionalidade** vincula o legislador, a Administração e o Judiciário, conforme já definiu o Supremo Tribunal Federal³, de tal sorte que pode ser usado, dentre outras hipóteses, na definição, formulação, elaboração e execução de políticas públicas do Poder Executivo com o escopo de coibir os excessos da Administração Pública;

CONSIDERANDO que cabe ao Poder Judiciário verificar a regularidade dos atos normativos e de administração do Poder Público em relação às causas, aos motivos e à finalidade que os ensejam e que, pelo **princípio da proporcionalidade**, há que ser guardada correlação entre o número de cargos efetivos, em comissão e por tempo determinado, conforme entendimento jurisprudencial do STF⁴;

CONSIDERANDO que os dispositivos constitucionais estabelecem como requisitos para a contratação de servidores temporários: prescrição legal dos

2

Art. 37, Inciso V, CF/88: “as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento”.

3

(IF 2915/SP, 03/02/2003. DJ 28/11/2003, p. 00011 EMENT. v. 02134-01. p. 00152. órgão julgador: Tribunal Pleno. Relator(a) Min. MARCO Aurélio. Relator(a) do Acórdão: Min. Gilmar Mendes, p.3)

4

STF, RE 365.368-AgR, julgado 22/05/2007, publicada no DJe-047, DIVULG 28/06/2007, PUBLIC 29/06/2007, DJe 29/06/200, PP-00049, EMENTE VOL, 02282-08 PP-01545, RTJ VOL 00204-01 PP 00385, Órgão Julgador: Primeira Turma, Rel. Ricardo Lewandowski

casos de contratação, tempo determinado, necessidade temporária de excepcional interesse público, precariedade e vedação ao nepotismo;

CONSIDERANDO que a criação indiscriminada de cargos temporários viola o princípio do Concurso Público, o qual é regra para investidura em cargos públicos, gerando a responsabilidade pessoal do Gestor Público por atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios constitucionais da administração pública, conforme previsão legalmente expressa no art. 11, da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa);

CONSIDERANDO ser dever do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme prescrito no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

RESOLVEM

Firmar o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA** (TAC), com o seguinte teor:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO TOCANTINS SE COMPROMETE:

1. Realização, no prazo de 06 meses, o levantamento dos cargos efetivos

em vacância no Município de Bom Jesus do Tocantins;

2. Realização, no prazo de 12 meses após o levantamento acima dito, concurso público para cargos vagos no município de Bom Jesus do Tocantins;

3. Nomear e empossar os candidatos aprovados, observando a ordem de classificação, **no prazo de até 03 (três) meses, a contar da homologação do resultado definitivo;**

4. Enviará mensalmente a esta Promotoria de Justiça relatório informando o andamento do certame e o cumprimento dos itens acima;

5. Após o início dos procedimentos para realização do concurso, enviar a esta Promotoria de Justiça cronograma de andamento do certame, incluindo informações acerca da conclusão do procedimento licitatório para a contratação de empresa organizadora do concurso.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ** aguardará o escoamento do prazo concedido para, somente ao final, caso não cumpridas as obrigações pactuadas, adotar as medidas judiciais pertinentes, se necessárias.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

Em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas e prazos previstos acima, ensejará multa de um salário mínimo por dia de atraso, limitados a 10 salários mínimos, a ser suportada pelo Prefeito, ora signatário do presente Termo de Ajustamento de Conduta.

Na forma do disposto no artigo 5º, §6º, da Lei 7.347/85, a multa prevista no presente termo – como também as demais obrigações – tem força de título executivo extrajudicial para todos os fins de direito.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS RESPONSABILIDADES

O presente Termo de Ajustamento de Conduta não convalida qualquer ato ilícito anteriormente praticado por gestores e servidores públicos, bem como não servirá de fundamento para a prática de qualquer ato ilícito posterior a sua assinatura,

portanto, não isenta ou exime qualquer agente público ou privado de suas responsabilidades (administrativas, civis e penais), tampouco impede ou suspende a investigação que estejam em curso ou estejam instauradas para a apuração de qualquer irregularidade.

CLÁUSULA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO

O presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA** é firmado por todos e lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo ser publicado no Diário Oficial do Estado e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma da lei.

Bom Jesus do Tocantins, 10 de junho de 2022

ALAN PIERRE CHAVES ROCHA

Promotor de Justiça

JOÃO DA CUNHA ROCHA

Prefeito de Bom Jesus do Tocantins

Dra. DENIZE WILL BOHRY VASCONCELOS

Assessora Jurídica do Município OAB/PA 17.282